

29/03/2021

APEOESP

62

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

**ENQUANTO
A PANDEMIA
TIRA VIDAS,
SEDUC QUER
IMPOR PEI
ÀS ESCOLAS**

Secretaria de Comunicação

Em plena pandemia, com centenas de mortes a cada dia, inclusive entre profissionais da educação e estudantes, a SEDUC lança nova ofensiva para pressionar para que escolas sejam incorporadas ao Programa de Ensino Integral (PEI).

Insensibilidade e frieza

Essa iniciativa mostra a absoluta insensibilidade e frieza do secretário Rossieli Soares frente à trágica situação que estamos vivendo e, mais que isso, o oportunismo da gestão em se aproveitar do delicado momento para tentar empurrar goela abaixo seus duvidosos projetos.

O PEI é um programa injusto e excludente, que impede a continuidade dos estudos de estudantes trabalhadores e daqueles que já fazem algum curso técnico ou formação complementar no contraturno. Embora a SEDUC diga outra coisa, em geral a implementação do PEI acaba como período noturno nas escolas, até mesmo para a EJA.

Os estudantes que não permanecem na escola PEI podem ser transferidos para escolas mais distantes, o que os faz na maior parte das vezes desistir dos estudos. Como classifica a Presidenta da APEOESP, trata-se de uma exclusão postergada porque esses estudantes serão no futuro candidatos a estudar na EJA, nem sempre encontrarão vagas, nem sempre concluirão os estudos e, desta forma, estarão em desvantagem no mundo do trabalho e na vida.

Não vamos aceitar!

Mesmo considerando as naturais dificuldades de mobilização neste momento, não vamos aceitar a imposição do PEI nas escolas! Em todas as regiões onde as Diretorias de Ensino estejam realizando pressões neste sentido, as subsedes devem imediatamente dialogar

com professores, pais, estudantes, funcionários para organizar a resistência.

Nenhuma escola de tempo integral pode ser implementada sem a concordância da absoluta maioria da comunidade escolar. Ela deve estar expressa em consultas diretas, democráticas, precedidas de amplo e livre debate, no qual a APEOESP tenha o direito de participar e defender nossos pontos de vista, assim como as demais entidades representativas da comunidade escolar.

Excludente também para os professores

Para atrair professores para programa, o governo instituiu a gratificação de 75%, que não se incorpora aos salários. Se, por meio da gratificação, a SEDUC considera que a qualidade da educação se relaciona com a melhor remuneração, deveria bem remunerar todos os professores, pois todos exercem a profissão com dedicação e todos os estudantes têm direito ao ensino de qualidade.

Os professores são selecionados para as escolas PEI “por perfil”, uma escolha subjetiva que não respeita a classificação única que vigora em toda a rede estadual de ensino. Para prosseguir no projeto, o professor ou professora tem que se submeter a avaliações anuais e, caso não permaneça, pode ser transferido para qualquer escola que a Administração considere “próxima”.

São muitas e variadas as razões para nos opormos ao PEI. Por isso, as subsedes devem se movimentar para impedir a imposição de um projeto que atende poucos e exclui muitos e nada acrescenta de significativo na qualidade de ensino de que necessitamos na educação pública estadual.

Diga não à farsa **do ensino integral de** **Doria e Rossieli!**

O Secretário Estadual da Educação, Rossieli Soares, e o Governador do Estado, João Doria, estão impondo à população a incorporação de unidades escolares ao Projeto de Ensino Integral (PEI).

Uma escola de tempo integral não pode ser imposta por métodos autoritários, que manipulam “consultas à comunidade” que não permitem o livre debate, excluem a participação das representações sindicais, muitas vezes se realizam de forma inadequada sem a correta divulgação de todas as informações e nas quais se verificam até mesmo fraudes.

Em 2020, recebemos denúncia de escolas com 600 alunos onde menos de 50 pais e mães foram consultados. Outras onde a convocação do Conselho de Escola não mencionava o assunto PEI.

Uma escola de tempo integral deve ser resultado da livre e inequívoca vontade da comunidade, à qual os pais desejam enviar seus filhos e na qual esses desejem estudar.

Projeto não atende aos anseios da comunidade

Para nós a escola de tempo integral de Doria/Rossieli não passa de um produto de marketing, que não atende aos anseios de professores, estudantes e das famílias. É excludente, pois tira a oportunidade para que o aluno-trabalhador possa estudar - via de regra extingue o noturno. Esses alunos passam, assim, a ser futuros estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Além do mais, não há um incremento curricular destinado à formação integral dos estudantes, mas apenas “mais do mesmo” ou atividades optativas não integradas ao projeto político-pedagógico e que pouco ou nada tem a ver com as expectativas daqueles estudantes e daquela comunidade. Isso para não falarmos dos problemas estruturais das escolas.

Finalmente, os professores são contratados por uma inaceitável seleção por “perfil”, desrespeitando o Estatuto do Magistério e a lista única de classificação. São submetidos a jornadas abusivas de trabalho e a avaliações anuais, podendo ser excluídos do projeto. A contrapartida é uma gratificação de 75% que cessa com a exclusão e não se incorpora ao salário. Se, com a gratificação, o governo reconhece que os professores ganham mal, deveria melhorar os salários de toda a categoria, pois todos os professores possuem méritos e trabalham por uma educação de qualidade.

Convidamos, portanto, a comunidade a dizer não à farsa da escola de tempo integral de Doria/Rossieli.

